

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO E LETRAS  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

NÁTHIMA FERREIRA SAMPAIO DANIEL

**POLÍCIA E IMPRENSA ESCRITA EM RORAIMA – A  
ANÁLISE DESSA RELAÇÃO 40 ANOS DEPOIS DO  
GOLPE MILITAR**

Boa Vista – RR  
2004

**NÁTHIMA FERREIRA SAMPAIO DANIEL**

**POLÍCIA E IMPRENSA ESCRITA EM RORAIMA – A  
ANÁLISE DESSA RELAÇÃO 40 ANOS DEPOIS DO  
GOLPE MILITAR**

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Roraima, como exigência parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Comunicação Social, habilitação em jornalismo, sob a orientação da Professora Mestra Vângela Maria Isidoro de Moraes.

Boa Vista – RR  
2004

Monografia de Náthima Ferreira Sampaio Danel, sob o título “Polícia e imprensa escrita em Roraima – A análise dessa relação 40 anos depois do Golpe Militar”, apresentada ao curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Roraima.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Com a nota \_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

\_\_\_\_\_  
Professora Mestra Vângela Maria Isidoro de Moraes – Presidente

\_\_\_\_\_  
Professora Áurea Lúcia Melo Corrêa – Membro

\_\_\_\_\_  
Professora Sandra Maria de Moraes Gomes – Membro

A **Deus**,  
pela presença contínua que me faz sensível.

A minha mãe, **Gilza**,  
rainha, espelho, estrela no céu.

Ao meu pai, **Luis**  
pela força que inspira, pelo amor que floresce.

Ao meu filho, **Caio de Jesus**,  
ar que respiro.

Ao meu marido, **Alexandre**,  
por seguir comigo nos caminhos da vida.

Aos meus queridos irmãos,  
laço forte do amor que nos fez.

## **AGRADECIMENTOS**

### **À minha orientadora**

Professora Vângela Morais, pelos conhecimentos divididos, pela competência e placidez na condução deste trabalho.

### **Aos professores**

Etienne Travassos e Noujaim Pereira, que me fizeram perceber a seriedade e delicadeza da aprendizagem.

Luciano Andrade e Elias Dolvim Dantas, por mostrarem que o envolvimento e a dedicação são fundamentais para se chegar ao conhecimento.

### **Aos alunos e professores**

do Curso de Comunicação Social da UFRR, importantes companheiros na investigação dos problemas sociais.

### **Aos amigos**

de todos os anos de escola, colaboradores diretos e indiretos deste trabalho.

### **Às Instituições**

Universidade Federal de Roraima  
Polícia Militar de Roraima.

### **Aos jornais**

Brasil Norte e Folha de Boa Vista.

### **Aos entrevistados**

Salete Giacomet, Luciano Torres, Eudiene Martins, Conceição Silva, Jessé Souza, Daniela Meller, Ben-Hur Gonçalves, Gerson Chagas, Roney Messias Aquino, Anderson Marcelo Carneiro de Melo.

*“Porque a sabedoria serve de sombra, como de sombra serve o dinheiro; mas a excelência da sabedoria é que ela dá vida ao seu possuidor”.*

(Eclesiastes 7,12).

## SUMÁRIO

### **INTRODUÇÃO, 08**

#### **1. A RELAÇÃO HISTÓRICA - DO SILÊNCIO IMPOSTO ÀS RECENTES EXPERIÊNCIAS REGIONAIS, 10**

##### 1.1 A imprensa e o Regime Militar, 10

##### 1.2 Jornal Folha de Boa Vista, 12

##### 1.3 Jornal Brasil Norte, 14

##### 1.4 A Polícia Militar de Roraima, 15

#### **2. UM LABIRINTO DE ENFOQUES PARA TEORIZAR O OBJETO, 20**

##### 2.1 Importância da comunicação, 20

##### 2.2 Construção do jornalismo, 22

##### 2.3 Subsídios para a comunicação impressa, 24

##### 2.4 A violência na narrativa jornalística, 25

##### 2.5 Aparelho Ideológico e Aparelho Repressivo do Estado, 27

##### 2.6 Imprensa e Ideologia, 28

##### 2.7 Polícia e Ideologia, 30

##### 2.8 Assessorias de Imprensa e Mídia: compromisso com a notícia, 31

#### **3. OS DADOS DA PESQUISA, 34**

##### 3.1 Relevância de assuntos ligados a PM nos jornais, 35

##### 3.2 Análise quantitativa, 36

##### 3.3 Análise qualitativa, 44

### **CONCLUSÕES, 47**

### **BIBLIOGRAFIA, 49**

### **ANEXOS, 50**

## INTRODUÇÃO

Este trabalho busca a compreensão, no aspecto jornalístico, de como se processa a relação entre os órgãos de imprensa escrita no Estado de Roraima e a Instituição Policial Militar. Tem como base para pesquisa, edições que o jornal Brasil Norte e Folha de Boa Vista veicularam no período de dezembro de 2003 a fevereiro de 2004.

Além de procurar visualizar o comportamento da mídia escrita com a Polícia Militar, e vice-versa, foi também observado a manifestação dessas mensagens na construção do texto noticioso.

A análise dos principais elementos que constituem a relação polícia e imprensa, a partir das notícias que envolvem a PM, apresentou-se como fator principal para a compreensão das características surgidas, o que permitiu o entendimento do diálogo entre seus representantes.

Pesquisas em arquivos dos jornais, consultas junto à Assessoria de Comunicação da Polícia Militar, e entrevistas com representantes dos três órgãos, além da realização de estudos bibliográficos, serviram de elementos para análise do objeto.

No capítulo I, é feita a contextualização do objeto de pesquisa, considerando os 40 anos que separam o jornalismo da ditadura militar. A abordagem constitui no levantamento histórico dos órgãos pesquisados.

No capítulo II recorreremos a uma série de enquadramentos históricos e conceituais para mediar o entendimento sobre os diferentes aspectos que cercam o tema imprensa e polícia militar. No esforço de compreensão da prática dos segmentos estudados, destacamos a violência na narrativa jornalística, a presença dos aparelhos

ideológicos de Estado, como manifestação de poder, além de uma análise sobre a crescente importância do papel das assessorias de imprensa.

Mas é no capítulo III que a pesquisa apresenta-se em essência, onde vemos os resultados obtidos durante todo o estudo. Esses dados serão expostos de forma quantitativa e qualitativa, para facilitar o enfrentamento das análises obtidas durante as entrevistas e leituras das edições. Nesse momento, os resultados são apresentados sob a forma de quadros e gráficos, além de análises, para melhor esclarecimento dos dados obtidos.

A discussão da relação entre esses dois aparelhos do Estado, polícia e imprensa trará benefícios ao desenvolvimento do trabalho de ambos os setores, abrindo um diálogo à compreensão de atitudes, permitindo uma compreensão sobre o reflexo destas vertentes à sociedade.

# 1. A RELAÇÃO HISTÓRICA - DO SILÊNCIO IMPOSTO ÀS RECENTES EXPERIÊNCIAS REGIONAIS

## 1.1 A imprensa e o Regime Militar

A imprensa escrita e a polícia militar brasileira vivenciaram em abril de 1964, suas primeiras divergências; não que essas coibições já não tivessem acontecido. Ainda, antes da Proclamação da República e durante a época escravista, registraram-se inúmeros episódios de participação dos militares na repressão contra lutas populares.

Na naquele começo de ano, os problemas ocorreram ligados diretamente à imprensa, com proporções não imaginadas, porque não se admitia oposição ao Regime Militar, instaurado quando os militares derrubaram o presidente João Goulart e ocuparam o poder.

Nesse período, a imprensa estava cerceada na sua liberdade de informação e de informar, tinha que aceitar o regime e suas atrocidades. Segundo o cardeal D. Paulo Evaristo Arns, no livro *Brasil Nunca Mais*, a justificativa dos ditadores para o silêncio imposto baseava-se em que, dessa forma, a imprensa não “*incitaria o ódio entre as classes*” e a “*animosidade contra as Forças Armadas*”. (1985:144).

“A princípio a censura visava mais à divulgação de atos terroristas e à divisão nas forças armadas e no Governo. Logo depois, passou a esconder torturas, corrupção, violências políticas e até epidemias. Fazer valer a versão oficial dos fatos era o seu objetivo”. (LOPES, 1988: 45).

Mas é na Lei de Imprensa, de fevereiro de 1967, que vemos a liberdade de informação totalmente bloqueada por medidas regulamentadoras, por uma política que ia contra o direito de informar ao país o que de fato acontecia.

Todo o trabalho de impedir que notícias da real condição do Estado fossem divulgadas era um modo de fugir de manifestações contra o regime da época, visando proteger toda a esfera de autoridades públicas. Além dessas medidas, a imprensa ainda era vigiada pelos agentes do sistema político, introduzidos nas redações dos jornais, com o propósito de ver as matérias antes de suas publicações.

Jornalistas eram presos porque escreviam o que não era de agrado do Estado; outros profissionais respondiam inquéritos, eram processados, enquadrados em crimes contra a segurança nacional, entre muitas ações que resultavam, em grande parte, no fechamento dos jornais.

É necessário lembrar que a Lei de Imprensa ampara o jornalista, para que desempenhe suas funções de modo democrático, onde a liberdade à informação constitui fator primordial para que o jornalismo aconteça.

O direito a expressão da palavra é nada mais que o direito de mostrar idéias, pensamentos, valores, negar esse direito é negar o homem como ser vivo, o que o torna marionete nas mãos dos que querem falar por ele.

“A liberdade de expressão, portanto, não é apenas um valor positivo dentro das sociedades democráticas, mas também essencial. As sociedades democráticas têm grande confiança no consenso e, de modo ideal, tendem a evitar o uso da coerção, mesmo legal, exceto em situações muito sérias. (...) Onde se destrói a comunicação, o mesmo acontece ao consenso”. (RIBEIRO JÚNIOR, 1989:166).

Assim, expor alguns dos problemas que jornalistas sofreram no período da Ditadura, para poderem desenvolver a informação, serve como reflexão desse passado difícil à sociedade brasileira, auxiliando a compreensão das relações atuais entre esses aparelhos de Estado, Imprensa Escrita e Polícia Militar.

Faremos um breve histórico dos veículos que são abordados – jornal Folha de Boa Vista e Brasil Norte (a cidade de Boa Vista, conta, atualmente, com dois jornais impressos para a produção de notícias), e da instituição Polícia Militar de Roraima, para conhecermos o nascimento dos objetos do estudo, além do entendimento correto dos fatores motivadores de suas criações, e ainda, o modo como eles, a partir de suas atuações em sociedade, desenvolvem o processo da comunicação entre si.

## **1.2 Jornal Folha de Boa Vista**

Em 1983, surge uma nova tendência, o jornalismo privado, mais livre, sem as amarras políticas da época. Foi assim que quatro jornalistas, no dia 21 de outubro daquele mesmo ano, fizeram circular o jornal Folha de Boa Vista, com o objetivo de noticiar matérias que não tivessem relação direta com a política local.

O jornal, que começou a ser produzido em julho do ano de 1983, só irá circular dois meses depois, como resultado de um grande empenho, por parte dos jornalistas Fernando Estrella, Cosete Spíndola, Sônia Tarcitano e Cícero Cruz Pessoa.

É buscando o respeito ao leitor que o Folha de Boa Vista inicia sua circulação com periodicidade semanal, e, após seis meses, passando a ser quinzenal.

O diretor do jornal em 1988, Getúlio Cruz, apostou em mudanças significativas no planejamento gráfico, como a cor azul para o título, a criação do slogan ‘um jornal necessário’ e a novidade do ‘Classifolha’, onde se pode anunciar vendas, compras, solicitar ou oferecer empregos, serviços, etc. (OLIVEIRA, 2003:15).

Atualmente, o jornal apresenta duas editorias, Cidade e Política, além das páginas de Polícia, Esporte, Variedade, Cultura, Nacional e Social. Tem como Editor Chefe, Jessé Souza, um dos responsáveis por alguns dos cadernos, como o Kid Folha,

voltado ao público infantil, o Top Folha, para os jovens e o Folha Rural, direcionado ao homem do campo.

O jornal tem uma peculiaridade, foi o único que não fechou, nem mudou de nome, desde sua criação. Quanto à periodicidade, não circula aos domingos, pois segundo o editor, nesse dia as vendas caem bastante, os leitores viajam, gerando prejuízo às vendas. (OLIVEIRA, 2003:17).

Como mudança recente, o veículo traz o ‘Folha nos Bairros’, mantendo um contato mais próximo e constante com aqueles que, na maioria, não conhecem o veículo, possibilitando a conquista de novos leitores.

Atualmente o jornal possui um repórter fotográfico e quatorze repórteres, somente cinco formados na área de Comunicação Social. Tem ainda, tiragem de seis mil exemplares por dia, além de novecentos assinantes.

O ‘Folha de Boa Vista’ também se atualizou na era da informática, o endereço eletrônico em que apresenta o jornal *on line*,<sup>1</sup> para quem prefere ler pela Internet ou não tem tempo para folhear jornal, mostra a nova tendência atingindo também os impressos.

Esse avanço mostra que os impressos precisam desenvolver meios para alcançar outros veículos, e na busca pela eficiência, necessitam apurar melhor os fatos, contextualizá-los, buscando a ética e a eficiência.

“O jornalismo impresso deixou de ser superficial e não se limita a informar que algo aconteceu. A concorrência do rádio e da televisão, instantâneos e bastante difundidos, exigiu que a imprensa passasse a interpretar os acontecimentos, localizando-os no contexto atual e referindo-se às causas que os provocaram e às conseqüências que deles decorrerão”. (ERBOLATO, 1989:79).

---

<sup>1</sup> O jornal pode ser consultado pelo site: [http:// www.folhabv.com.br](http://www.folhabv.com.br)

### **1.3 Jornal Brasil Norte**

Em 03 de junho de 1997, deu início à circulação do jornal Brasil Norte, um projeto desenvolvido por Carlos Coelho e Rivaldo Fernandes Neves, ambos dispostos a produzir um noticiário rico em informações.

Primeiro jornal a ter página na Internet, <sup>2</sup> mostra ajuste às tecnologias do século XX. De junho a dezembro de 2003, possuiu um caderno colorido, com muitas propagandas do comércio local, moda, charges, social, entretenimento, etc. Mas dificuldades financeiras impediram a continuidade, os anúncios não cobriam as despesas, resultando no fim desse trabalho. <sup>3</sup>

O jornal não circula as segundas-feiras, possui tiragem diária de 1.500 impressos, que veiculam também no interior do Estado, nos municípios de Bonfim e Pacaraima. Com um número de cinco repórteres, três com formação em comunicação social, Eudiene Martins, editora chefe do jornal, diz ter profissionais preparados para desenvolver o jornalismo. <sup>4</sup>

Com o slogan ‘Compromisso com a Notícia’, apresenta as reportagens dispostas em: capa, opinião, política, geral, economia, cidades, últimas e polícia. No seu segundo caderno, encontramos sociedade, variedades, o Classi Fácil e a página de esportes.

Segundo a jornalista Conceição Silva, o BN busca ser o mais ético possível, ouvindo sempre os dois lados nas informações, visando ser leal com fontes e o público leitor, mesmo que no passado, tenha sofrido ações judiciais, resultado de denúncias não investigadas, prejudicando a imagem do veículo. <sup>5</sup>

### **1.4 A Polícia Militar de Roraima**

---

<sup>2</sup> O jornal pode visto no site: <http://www.brasilnorte.com.br>

<sup>3</sup> Entrevista com a Editora Chefa do Jornal Brasil Norte, Eudiene Martins, realizada no dia 12 de junho de 2004.

<sup>4</sup> *Ibid.*

<sup>5</sup> Entrevista com a jornalista Conceição Silva, realizada no dia 12 de maio de 2004.

A Polícia Militar de Roraima nasceu com a criação do Território Federal do Rio Branco, em setembro de 1943, que foi desmembrado do norte do Estado do Amazonas, com o propósito de ocupar e desenvolver econômica e socialmente a área de fronteira. No ano seguinte, pelo Decreto nº 02, de 21 de novembro de 1944, é criada a Guarda Territorial, que de acordo com o diploma de sua criação, não estabelecia um número específico de pessoas para trabalhar naquela localidade.

Além de ter caráter civil, a Guarda Territorial estava destinada à manutenção da ordem interna, reparação, conservação, construção de edifícios públicos, construção de estradas e caminhos, serviços de transporte, povoamento, colonização e incremento da produção do Território e transmissões. Ela era também subordinada diretamente à Divisão de Segurança e Guarda, com missões essenciais, tais como: vigilância terrestre e fluvial em todo o território, policiamento em geral e manutenção da Ordem Pública.

No começo, era constituída de um Comandante, um Subcomandante, Chefes de Seções, Comandantes de Patrulhas e Guardas. Com a restauração do Quadro de Funcionários e as constantes mudanças das tabelas de Extranumerários-mensalistas, operadas notadamente no ano de 1946, são extintas as funções de Chefes de Seções e de Comandantes de Patrulhas, mudando os cargos de Guarda e Funcionários de Classe, para Extranumerários-mensalistas, isso, com exceção daqueles que eram concursados.

Até o mês de maio do ano de 1946, o efetivo da Guarda só chegou a possuir 150 homens, tendo ainda esse número reduzido para 80. Mas essa quantidade era insuficiente para preservar a ordem na capital, devido a instalações de delegacias e sub-delegacias no interior do Território, o que exigia o destacamento de Guarda para atuar nessas unidades, levando a uma redução de pessoal naqueles setores onde já atuavam os servidores da segurança.

Na década de 70, o Território experimentou grande desenvolvimento, favorecendo o aumento dos índices migratórios e econômico

s, o que fez surgir diversos núcleos populacionais (Colônias Agrícolas, Vilas...), e por consequência, o aumento da criminalidade, causando preocupação nas autoridades federais, a ponto de haver a necessidade de se adotar novas medidas no campo da Segurança Pública, como o provimento de uma nova organização policial para dar suporte à Unidade Federativa.

Assim, em 1975, o Governo Federal sensibiliza-se com o problema da Segurança Pública por que passa o Território, ocasionando na extinção das Guardas Territoriais e criando pela lei nº 6.270 de 26 de novembro de 1975, a Polícia Militar do Território Federal de Roraima, para atuar em seus limites geográficos. Instituição baseada nos pilares da hierarquia e da disciplina militar, cuja missão, por força de dispositivo constitucional federal, foi à preservação da ordem pública, através do exercício da atividade de policiamento ostensivo.

No ano seguinte, após o período de transição entre a Guarda Territorial e a Polícia Militar, é efetivamente implantada no dia 28 de abril de 1976, a Polícia Militar em Roraima e no dia 11 de janeiro de 1977, a lei de criação da PMRR é regulamentada pelo Decreto-Lei nº 79.108.

Com a missão de policiar ostensivamente, além de prevenir e reprimir o crime, atuar no combate a incêndios, proteção, busca e salvamento de vidas e materiais, começa, através do chefe do executivo roraimense, a imediata aquisição das primeiras viaturas para o serviço de rádio-patrolhamento, combate a incêndios, transporte de tropa e de equipamentos para o desempenho das missões.

A Polícia Militar tem como primeiro Comandante Geral, na data de implantação da Corporação, o Major QEMA de Infantaria Paulo de Tarso de Carvalho, comissionado ao posto de Coronel PM. Em 30 de maio de 1979, assume o posto de Comandante Geral de PMRR, o Major QEMA de Infantaria Horácio Neves

Neto, que assumiu o posto até o dia 31 de agosto de 1981, também comissionado ao posto de Coronel PM.

A partir dessa data, assume o posto de Tenente-Coronel PM e de Comandante da Corporação, o Major QEMA de Infantaria Wagner Ribeiro da Silva, permanecendo até o dia 31 de agosto de 1983. Em seguida, o Comandante passa a ser o Tenente-Coronel PM Derly Luiz Vieira Borges, oficial da própria Corporação e primeiro Oficial PM a comandar a Polícia Militar de Roraima.

Nos arquivos da história da PM, encontra-se expressa a missão da Corporação, que é de força auxiliar e reserva do exército, atuante nos casos estabelecidos em legislação específica, com a missão de proteger a sociedade e o cidadão. É patrimônio do povo, imbuída da missão de realizar com exclusividade o policiamento ostensivo fardado, planejado pelas autoridades competentes, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos; subordina-se ao órgão competente que, nos Governos dos Estados, Territórios e no Distrito Federal, for responsável pela ordem e pela segurança pública interna.

As Polícias Militares apresentam as seguintes hierarquias:

- a) Oficiais de Polícia: Coronel, Tenente-Coronel, Major, Capitão, 1º Tenente, 2º Tenente;
- b) Praças Especiais de Polícia: Aspirante a Oficial, Alunos da Escola de Formação de Oficiais de Polícia;
- c) Praças de Polícia: Subtenentes, 1º Sargento, 2º Sargento, 3º Sargento, Cabo, Soldado;

Atualmente comandada pelo Coronel PM Ben-Hur Gonçalves, tem como Subcomandante, o Coronel PM Jairo Moura Eugaly, sendo que o policiamento da Capital e do Interior é de responsabilidade do Coronel PM Francisco de Assis Félix.

Para a preservação diuturna da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, a Polícia Militar atua não só na capital, mas também em todos os municípios, vilas e lugarejos do Estado de Roraima.

A instituição executa suas atividades de policiamento ostensivo na capital, através do 1º Batalhão de Polícia Militar, comandado pelo Tenente Coronel PM Gerson Chagas. O policiamento no interior do Estado, onde as unidades do 2º Batalhão resguardam a segurança das populações mais distantes, está no comando do Major PM Dilson Rogério Diforene Vaz.

A população conta ainda com três grupos especiais: O ‘GATE’ (Grupo de Ações Táticas Especiais), a ‘Força Tática 26’ e o ‘Canil’, cujos integrantes são especialmente treinados para atuarem na prevenção e repressão de delitos de maiores dimensões, em qualquer ponto do Estado, a qualquer momento.

Ao todo, são 1489 Policiais Militares em Roraima, sendo destes, 662 Policiais Militares Estaduais, entre os quais integram 110 policiais femininas, ambos especializados na Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Policiais Militares (EsFA/PM), comandada pelo Major PM Vaney Raimundo Vieira Filho. Esse órgão de ensino da Corporação é estruturado para assumir todo o processo irradiador de doutrina Policial Militar, apesar de que essa formação também pode ocorrer em centros policiais militares de outros Estados brasileiros.

Atualmente, a Polícia Militar possui uma unidade de Cavalaria, comandada pelo Major PM Dilson Rogério Diforene Vaz, denominada 1º Esquadrão de Polícia Montada Inácio Lopes de Magalhães, tendo a missão de suplementar o Policiamento Ostensivo de rotina.

A Polícia Militar também desenvolve trabalhos sociais em parceria com algumas instituições: é através de uma ação conjunta com a SETRABES (Secretaria do Trabalho e do Bem Estar Social), que é feito um trabalho de reinserção de

adolescentes no convívio social, trazendo como tema ‘Galopando para o Amanhã’; Este Projeto de Ecoterapia é voltado para o tratamento de crianças portadoras de necessidades especiais que encontram no cavalo, a possibilidade de ter uma nova vida, mais segura, mais completa. O programa atua como forma de apoio a vários órgãos do Estado e equipes de profissionais.

O PROERD (Programa Educacional de Resistência as Drogas) é outra ação desenvolvida pela PM de Roraima. Implantado nas escolas da Rede Pública de Ensino Estadual, este trabalho foi iniciado no dia 26 de março de 2001, através da PMRR, com o apoio da Secretaria de Educação Cultura e Desporto. São desenvolvidas nesse programa, em que crianças das séries iniciais têm aulas com policiais militares, atividades de prevenção a todos os tipos de drogas, momento em que estudantes são educados a encontrar resistência aos tóxicos.

A Polícia Militar executa ainda, integrada com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Roraima, várias operações especiais, todas com o propósito de prevenir ações que venham alterar a tranquilidade pública.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Dados colhidos na Polícia Militar de Roraima – Gabinete do Comando Geral, Assessoria de Imprensa, e 1ª e 3ª Seção do Estado Maior.

## **2. UM LABIRINTO DE ENFOQUES PARA TEORIZAR O OBJETO**

### **2.1 Importância da comunicação**

Somos um conjunto de seres pensantes, mas precisamos um do outro para que idéias sejam compartilhadas e praticadas, não nos envolvemos em ações isoladas, agimos baseados em aprendizagens anteriormente vividas, e se não compartilhamos conhecimentos, estagnamos, não evoluímos. Dessa forma, o convívio social é indispensável para o desenvolvimento humano, a partir dele podemos abranger evoluções ilimitadas, acrescentando transformações em benefício da humanidade.

“(...) a comunicação é uma questão eminentemente social. A comunicação é interpessoal e não intrapessoal. Consigo próprio o homem não se comunica, ele apenas se observa, reflete, devaneia. A comunicação só ocorre individualmente nas situações de sonho ou fantasia, quando consciente e inconsciente fazem o jogo emissor-receptor”. (DINES, 1986:60).

Por essas razões, precisamos nos adaptar à força da comunicação, apesar de que isso não nos impede de melhorá-la, por que somos parte desse processo. Isso pode ser observado nos próprios veículos de imprensa, onde a comunicação expõe toda a riqueza textual, as muitas mensagens que, sem grandes esforços, falam da opulência da difusão comunicativa, de suas virtudes e pecados, facilitando a compreensão sobre a importância da difusão de idéias, acontecimentos, etc, fundamentais à evolução humana.

A partir da progressão oral e escrita, o homem começa a se desenvolver socialmente, ele então aprende a se expressar das mais variadas formas, a dizer o que sente e pensa, de modo que se faz entender. Podemos dizer que a comunicação é grande responsável pelo desenvolvimento humano, que através desse canal ocorrem

as grandes transformações, sendo necessários ajustes, respeito a regras e violações quando necessário, para melhor aplicação.

*“A identidade e a associação necessárias à comunicação só ocorrem quando emissor e receptor estão sintonizados na mesma faixa ou na mesma onda”* (DINES, 1986:61). Observando emissor e receptor como personagens fundamentais à comunicação, dizemos que essas figuras fazem ligação imediata nesse processo, mas que não surgem do inesperado, precisam da vontade de contato através da linguagem, imprescindível à conversação.

A comunicação também pode ser explicada como resposta à necessidade de se emitir idéias ao universo social, sendo estas as mais variadas, e é o jornalismo esfera que pode atuar muito nessa condução, trazendo de volta, ideais há muito plantados, pois é um dos poucos recursos de que o povo dispõe para ser instigado a lutar pela democratização social, como afirma Erbolato: *“(...) foi a imprensa que levou o povo a compreender não só a sua real importância, mas também a elevada participação, que realmente tem no processo da democracia”*. (1989:70-71).

Como a participação da imprensa é importante no processo de democracia, é necessário falar que em todos os momentos de evolução das sociedades, os meios de comunicação sempre estiveram presentes, seja da forma mais simples às mais desenvolvidas, como modo de partilha de idéias e informações.

Esses veículos atuam produzindo notícias, verdades, fatos, e são, em sua maioria, respeitados, prova são os altos índices de venda de noticiários; porque a sociedade precisa dessa representação. Apesar dos avanços, as dificuldades sociais ainda fazem parte do dia a dia, como repressões a manifestos por mudanças, novas doenças, desigualdade social, etc, é quando a imprensa age, formalizando denúncias, reivindicando mudanças, ajudando o povo a lutar pelo desenvolvimento comunitário saudável, onde a tecnologia pode ser associada ao progresso da democracia.

## **2.2 Construção do jornalismo**

Nos séculos XVI e XVII, sobretudo na Inglaterra e França, a informação se dizia “(...) *fruto de mentes privilegiadas...*” (MEDINA, 1988:18), só alguns podiam ter acesso, os detentores do conhecimento. A ascensão da burguesia, em seu esquema revolucionário, a partir do século XVII, muda essa maneira de pensar, trazendo no liberalismo a verdade proveniente da livre busca de opinião. Com a ajuda dos críticos da época, esse momento resulta na abertura do comércio de informação, resultado da Teoria da Responsabilidade Social, “*Direito de Informação em Direito à Informação*” (MEDINA, 1988:18).

Ainda neste século, a sociedade colonial norte-americana detinha a informação voltada ao manifesto de interesse oficial, situação parecida viveu a editoração no Brasil. Com a mudança da fase colonial para a revolucionária, 1789, as coisas começam a tomar um novo rumo, “*a informação é dimensionada pela importância político-liberal, há mais interesse em formar opiniões do que em noticiar*” (MEDINA, 1988:51).

O Brasil também viveu sua fase de relatos unicamente oficiais, foi em 1808, com o jornal A Gazeta do Rio de Janeiro, primeiro jornal a trazer a folha impressa, onde o Império Português era a fonte principal de notícias. No ano de 1821, com o decreto do príncipe regente D. Pedro, o fim da censura chega aos jornais, agora livres das amarras portuguesas, fugindo dos ideais militantes.

Em 1875, esse jornalismo terá novo direcionamento. O desenvolvimento industrial propaga a informação de modo mais comercial, resultando no interesse em vender produtos através dos jornais. A imprensa vê aí, ponto importante para alcançar uma fatia maior de consumidores. A comunicação se moderniza, não só no sentido industrial, mas principalmente na transformação da notícia; agora o que interessa não é somente a distração, mas a riqueza das informações, o inusitado, as notícias políticas e sociais que podem influenciar a vida das pessoas.

No século XX, o jornalismo passa a ter nova significação, resultado de mudanças nacionais e internacionais, da Guerra Mundial e do surgimento do rádio, fatores que despertam a população para saber o que acontecia no país e no mundo, influenciando também para a maior agilidade e qualidade da informação. As agências de notícia também começam a surgir, trazendo novidades de interesse social, ainda que de modo informativo.

Esse momento de importância histórica para o mundo da comunicação, trará um novo personagem, o repórter, figura que irá inovar o jornal com visão diferente de mundo, novas psicologias, enriquecendo o universo da imprensa.

Na atualidade, o jornalismo busca atingir exigências do desenvolvimento global. Após vencer os abismos da ditadura, emerge o processo de democratização da informação. Agora, a grande luta é contra o uso da imprensa como mercado de notícia.

Segundo Maurício Guidani Romanini<sup>7</sup> *“a imprensa hoje, mais do que em qualquer época, está sendo pautada pelas informações vazadas e pelas declarações em off (termo que faz parte do jargão jornalístico), que pululam no “colo da imprensa”*. Ela entra na guerra pela conquista de um público cada vez maior, é quando os impressos acabam perdendo um considerável espaço para os veículos mais imediatistas. Desse modo, podemos dizer que a comunicação na contemporaneidade *explode* para a adaptação à rapidez da notícia, e a um mercado com maior gama de receptores.

---

<sup>7</sup> Com o tema, Ética jornalística: um debate necessário, o jornalista Maurício Romanini apresenta também discussão sobre as concepções da imprensa como arena da briga pela audiência. O texto pode ser lido no site: <http://www.espacoacademico.com.br/003/03ética.htm>

## 2.3 Subsídios para a comunicação impressa

Para Alberto Dines, comunicação significa “*tornar comum, compartilhar*” (1986:60), e a imprensa utiliza artifícios e técnicas buscando a difusão da informação, gerando o desuso da língua padrão, forma de adapta-se à fala cotidiana, às gírias, etc.

Arrumar a linguagem popular dentro de parâmetros é muito difícil, se não, realmente impossível, em vista da dinâmica da língua, da incansável forma de buscar se *ajeitar* dentro do jeito popular, como disse Medina<sup>8</sup>:

“(...) a linguagem é mutante, adequando-se às situações e circunstâncias do momento, do lugar e das vontades. Todo esse processo de desenvolvimento e transformação da linguagem impossibilita uma padronização definitiva da língua gramatical (...)”. (1988:95).

Outra linha de análise do jornalismo impresso está associada à ética. Podemos dizer do repórter, que precisa, ao realizar a entrevista, estar acompanhado de sutileza e descrição, coberto de respeito pela fala daquele que é fonte, alvo de interpretações, que não devem interferir no pensamento do relator, isso para que o leitor, ao fazer indagações, tenha respostas claras e precisas, sem dubiedade, evitando distorções e mudanças de sentido nas palavras. Ele, o repórter, irá então relatar o fato, mas o conduzirá de forma ética.

O profissional de imprensa deve considerar a importância de escrever com veracidade, onde a honestidade impera, para que seja legítimo o seu relato, levando-se em conta a beleza da narração, que nada mais é que a liberdade em

---

8

Ela acrescenta ainda que: “Na linguagem comum, a convenção nunca está dada nem explicitamente formulada”, há um acordo estabelecido e interiorizado pela experiência social, que é mais ou menos ajustado segundo as circunstâncias. Essa fluidez dos padrões de códigos lingüísticos é que leva a que a linguagem gramatical (tentativa de fechar o universo em normas estabelecidas) não se realize em estado puro (...) o que leva Mikel Dufrenne a concluir que a língua é incerta em seu futuro, dividida em seu ser entre natureza e convenção, dividida entre presença e representação do que significa, entre a plenitude de um sentido vivido como presença e a exaustão de um sentimento representado fora de todo conteúdo intuitivo, entre a poesia e a lógica”.

escrever, considerando o receptor da notícia, que não quer ser subjugado no seu processo de percepção do dizer jornalístico. Cabe ao receptor, buscar meios para que ideologias sejam digeridas dentro de princípios por ele estabelecidos.

A repórter precisa ainda de uma habilidade: escrever com desenvoltura, como se uma conversa fosse estabelecida com o leitor, que ouve, participa, dialoga com o repórter, sem ser invadido na sua visão de mundo, momento em que a conversa alcança o clímax do jornalismo ético.

## **2.4 A violência na narrativa jornalística**

A violência está no dia a dia sem estranhamentos; de repente tornou-se natural abrir o jornal e ler sobre crimes bárbaros, roubos, pobreza, etc, tudo por que jornais vendem notícias a uma grande maioria de pessoas alheias às regras de ética na imprensa e até sociais. Isso nos leva a refletir sobre a exposição dessa realidade político-social a qual estamos inseridos, em que a Polícia Militar participa diretamente, observando de perto as fatalidades sociais, apresentando-se como personagem indireta das histórias contadas pelos jornais, ou ainda, diretamente envolvida.

Um dos problemas da exposição da violência pela imprensa, é que, na maioria das vezes, ela acaba sendo tratada de forma banal, “... *ela se configura numa idéia valor que marca as narrativas sociais*”. (PEREIRA, 1998:11). Isso porque as personagens, sendo pobres, têm suas histórias de vida supridas por um eventual crime, retratado pelos veículos como se o acontecimento fosse fato fortuito.

“Desfechos como ‘o casal deverá ficar preso até a conclusão das investigações’, ‘os médicos ainda tentaram salvar a vítima. Em vão’, não sugerem a existência de crises e transformações, seja no agressor ou na vítima. Os acontecimentos aparecem por acaso e desaparecem sem deixar vestígios no caráter e no comportamento dos envolvidos (...)”. (PEREIRA, 1998:13).

Essa mostra acontece na narrativa, como se caracterizasse estranho àquele lugar banhado pela fatalidade, “(...) *pela coincidência ou não pela coincidência fortuita em dado lugar e espaço*” (PEREIRA *apud* BAKHTIN, 1998:14), instante em que “*o tempo nas narrativas jornalísticas é abstrato e a-histórico*”, (PEREIRA, 1988:14). Isso se deve porque, até aquele momento, a história não havia acontecido naquele lugar, e nem subsídios foram levantados para saber a biografia dos envolvidos, o que acaba gerando a naturalização da violência.

“(...) essa organização temporal leva a uma organização não histórica e natural, pois indica que as personagens não se modificam. O acaso, ao colocar o de *repente*, que geralmente leva ao crime (fato relevante na vida dos personagens), indicando que o tempo não pertence às pessoas, leva a uma naturalização das ações das personagens”. (PEREIRA, 1998:13).

Se o jornalista deixa de fora questões importantes da vida das personagens, a informações pode prejudicar os envolvidos na narração jornalística, então falta a ética para o repórter, que não contou a história toda, que observou sob um só prisma todo um processo de vida, além de privar o leitor de tirar suas próprias conclusões, inibindo a reflexão e a sabedoria do pensar popular.

A violência individualiza a vida das personagens, que embora tenham muito para dizer, nada tem importância, a referência será aquele crime, naquele dia, naquele lugar, naquela hora. As coisas são então construídas de modo a não possibilitar a reflexão sobre as causas e conseqüências dos atos das personagens, onde o entendimento a respeito do que motivou o ápice da história é esquecido na narrativa, dificultando entender à origem da violência e possíveis formas de evitá-la. Como há dificuldade para desfazer essa relação de presença dentro do texto jornalístico, o repórter assume a função de sujeito ativo dessa construção.

## 2.5 Aparelho Ideológico e Aparelho Repressivo do Estado

O aparelho de Estado é constituído por forças muito grandes dentro das ideologias dominantes, são poderes quase absolutos, ao dispor do Estado, que obedecem a normas de funcionamento. Essas ideologias pregadas, são um conjunto de práticas voltadas à continuidade do que o Estado capitalista impõe aos povos, daí seu poder de se manter e de se figurar como força dos interesses de uma classe menor. É para estabilizar essa eficácia que os aparelhos (as forças muito grandes) são utilizados.

Como os aparelhos de Estado são muitos, e cada setor social é alvo de seus sistemas de idéias, preferimos abordar aqui, dos aparelhos de que trata esse estudo: o Aparelho Ideológico, o qual funciona através de ideologias e o Repressivo, que atua com a repressão.

Diz Louis Althusser que *“O aparelho (repressivo) do Estado funciona predominantemente através da repressão (inclusive a física) e secundariamente através da ideologia. (Não existe aparelho unicamente repressivo)”* (1985:70). E ainda:

“(...) devemos dizer que os Aparelhos Ideológicos do Estado funcionam principalmente através da ideologia, e secundariamente através da repressão seja ela bastante atenuada, dissimulada, ou mesmo simbólica. (Não existe aparelho puramente ideológico)” (ALTHUSSER, 1985:75).

Essas forças atuam porque devem garantir a segurança do Estado, e para isso, fazem uso de atribuições legais. Não, isso não é uma defesa ao uso da repressão, mas uma forma de dizer que os atores dessa aplicação nada mais são que vítimas desse mesmo Estado que ordena o emprego de tais ideologias.

Logo, o Estado faz uso do poder sobre os aparelhos ideológicos e repressivos como meio de manter domínio sobre ações que fortaleçam a soberania, pois não quer perder o controle sobre aqueles de quem é representante.

“No sentido de direito público, **poder** exprime, em regra, o órgão ou a instituição a que se atribui uma parcela de soberania do Estado, para que se constitua em autoridade e exerça as funções jurídicas de ordem política e administrativa que lhe são cometidas por lei.” (CESCA, 1985:22) [grifo do autor].

Esse poder é então processado como sendo atitude do Estado para que as leis possam ser respeitadas e aplicadas. É adicionado não como resultado das forças impostas antigamente, mas estabelecendo um sentido para o seu uso, como o da preservação da ordem e do direito de todos, mantendo domínio sobre ações que venham fortalecer a soberania.

## 2.6 Imprensa e Ideologia

No jornalismo, o diálogo com as palavras é coberto de experiências de vida. *“Bakhtin procurou mostrar como não existem palavras desabitadas, nas quais os aspectos ideológicos e emotivos não reverberem: as palavras só existem em sua qualidade dialógica”* (Pereira, 1998:10). Logo, não há texto livre de sentimentos, emoções, ideologias; por isso que a verdade precisa prevalecer sobre a emoção, não sem brilho nas palavras, que enriquecem a narração.

Como podemos observar a imprensa como ideológica? A partir dos próprios textos que ela nos apresenta, de uma análise detalhada do que nos é oferecido, momento em que podemos ver que o discurso ideológico pode ser de sustentação do poder.

Outro item de ideologia no jornalismo é o título, por que tem o poder de convidar à trama; ele envolve antes mesmo de ser contado pelo repórter, é

fundamental para situar as idéias dentro do contexto jornalístico, ele enuncia, mostra e envolve o leitor pela curiosidade que propicia, é a introdução maior.

Já a fotografia revela além texto, tem o poder de mostrar algo a mais, apesar de sofrer um enfoque. Também ideológica, é escolhida para o preenchimento da narração, por que consegue vender ao leitor, a cena percebida pelo narrador. E ainda o lead, que vem para “*agarrar o consumidor no contato imediato*” (MEDINA, 1988:118).

A partir de outros signos, temos as ilustrações, a disposição de geometrias, visíveis na riqueza da articulação e interpretação, chamada de diagramação, é nela que o texto será integrado, permitindo um campo vasto de interpretações, passando a linguagem a ser envolvida, “*composta de elementos verbais, de imagens e de relações de espaço gráfico entre uns e outros*” (MEDINA, 1988:91).

As palavras ficam então, ricas de sentidos e significados, dependendo do modo como são acolhidas e do contexto em que se inserem. Por isso, não podemos nos prender a explorá-las sem ao menos cuidar de observar ideologias, por que são carregadas de histórias de vida, significações reveladoras, e o seu lugar e emprego no texto faz toda a diferença.

Somando-se a isso vem o repórter, que conhece a massa, a história, resultando na produção da notícia que conduz à realidade social. Se isso não acontece, o repórter permeia o texto de idéias próprias. Ele precisa estar atento às realidades sócio-globais, e buscar melhorias, não transformar a informação em mero instrumento de sustentação ou resistência do poder.

A partir dessas referências, dizemos que o jornalista precisa saber que o seu trabalho, mesmo sendo representação fiel do cotidiano, é resultado de uma crença jornalística inconsciente, que querendo ou não, sofrerá impacto ao adentrar no meio social.

## 2.7 Polícia e Ideologia:

A definição do poder de polícia e sua origem proporcionam o entendimento de seu emprego em sociedade:

“O poder de polícia tem suas origens nas antigas cidades gregas (**polis**), onde a vigilância pública fora tão necessária quanto o é atualmente nas grandes concentrações urbanas. Esse poder de vigilância da **polis** grega foi transferido pelos romanos para sua cidade (**urbis**), designado o vigilante por **politia**, origem do nosso vocábulo polícia” (CESCA, 1985: 23).

O poder de polícia apresenta-se como sendo extensão das atividades de ordem, “*em suma, um contíguo de atribuições concedidas à Administração para disciplinar e restringir, em favor do interesse público adequado, direitos e liberdades individuais*” (CESCA *apud* CAIO TÁCITO, 1985:23). Esse poder é necessário quando o uso da liberdade individual se dá de modo que prejudique a liberdade coletiva.

Usada para defender normas estabelecidas pelo Estado e ideologias de proteção às regras da democracia, “*Aqui se define democracia como uma forma de governo onde as normas e diretrizes do comportamento decidem-se, em última análise, por alguma forma de regra da maioria (...)*” (RIBEIRO JUNIOR, 1989:165), a polícia, enquanto instituição isolada, e suas ações em sociedade, apresentam-se não pela conduta ou comportamento por ela desenvolvido, mas pelo sistema de idéias que vende.

Assim, a imagem da polícia, resultado de ideologias pregadas, pode ficar a mercê das concepções sociais, globalizada pelo fazer da ordem, ocasionando relação com filosofias de políticas determinadas, prejudicando, em essência, a instituição enquanto esfera social.

“(...) entre os sentidos possíveis para o vocábulo *imagem*, o que se opõe na contemporaneidade é o ‘que evoca uma determinada coisa, por ter com ela semelhança simbólica. Produto da imaginação, consciente ou inconsciente; visão’(FERREIRA, 1999). O surpreendente é que esse produto da imaginação refere-se aos serviços e produtos reais oferecidos por instituições (...)” (BRANDÃO e CARVALHO, 2003:190).

Pelos seus pilares, essa força não é arbitrária, porque procura agir amparada na justiça, aplicando a lei, como rege a Carta Magna, é coberta de competência, metas e meios legais, usa sempre que necessário, as sanções respaldadas pela justiça, não cabendo aqui modos divergentes dos previstos em lei, para a obtenção de resultados favoráveis ao bem público, sejam eles quais forem.

Juntamente com a polícia, estão os poderes administrativos, que procuram estender o compromisso pela manutenção da ordem; aplicando-se também, os poderes judiciários, ambos alongam-se nos diversos setores da vida coletiva. (CESCA, 1985:24).

## **2.8 Assessorias de Imprensa e Mídia: compromisso com a notícia**

A função de Relações Públicas atinge, em 1964, um rápido crescimento, tudo por que à época, as informações eram muito difíceis de serem conseguidas, e esses profissionais é que acabavam transmitindo dados aos órgãos de imprensa que, segundo Chaparro, “*foi um processo estimulado pela estratégia de propaganda e divulgação do governo militar*” (2003:41).

Em 1980, acontece a implementação definitiva do jornalismo nas assessorias, desmembrando os relações públicas dos assessores, porém, essa independência pode gerar dependência, por que tornar-se-á muito simples aguardar a notícia, sem realizar uma investigação mais profunda sobre o assunto em foco, é então que a notícia torna-se assunto de primeira importância, e as assessorias serão

muito úteis nesse sentido, como disse Chaparro, *“noticiar é a forma mais eficaz de interferir no mundo”* (2003:49).

Porém, essa interferência só acontece pela necessidade de aceitação e afirmação em sociedade por órgãos que precisam se manter em evidência, *“as instituições têm de envolver-se com a mídia para atingir aos públicos cujas opiniões orientam as políticas nacionais e as ações políticas”* (MONTEIRO, 2003:147).

Todo o cuidado e temor pela mídia, acabam gerando a banalização da notícia, *“todos, ao conquistarem o espaço na notícia, realizam ações institucionais, socializando discursos particulares. Fazem inevitavelmente propaganda”* (CHAPARRO, 2003: 49).

Mas sem esse jogo de interesses, o jornalismo isolar-se-ia das ações sociais, apesar de que não deve se aventurar em filosofias particulares, sob o risco de comprometer a confiabilidade da notícia, pois como bem disse Monteiro, *“a mídia passa, então, a ser a arena ou o campo social no qual esses interesses tornam-se visíveis na batalha pela conquista do apoio da opinião pública”* (2003:147).

*“(...) devemos reconhecer que as relações entre instituições e imprensa decorrem em interfaces conflitantes. Existe um natural confronto de perspectiva, que a tradição e a cultura do jornalismo reforçam. De um lado estão os jornalistas e seu obrigatório vínculo ao interesse público; do outro, as instituições em ações determinadas pela prioridade do interesse particular”.* (CHAPARRO, 2003:50).

Dentro dos avanços tecnológicos, as assessorias de imprensa alcançaram lugar na corrida diária por sobrevivência. Também nessa luta estão empresas e instituições, cujos interesses são a manutenção de idéias como item de subsistência a continuação no mercado, seja econômico, político, etc. Esses mecanismos do desenvolvimento se uniram, assessores de imprensa e órgão de representação

particular, pública ou mista, para utilizarem as ferramentas da imprensa como modo de garantir propagação.

“E porque noticiar se tornou a mais eficaz forma de agir no mundo e com ele interagir, as relações com a imprensa passaram a constituir preocupação prioritária na estratégia das instituições, tanto as empresariais quanto as governamentais, para as interações com a sociedade – à qual se ligam, hoje, mais por teias ou ações de materialidade objetiva” (CHAPARRO, 2003:33).

Assim, as assessorias de imprensa são um dos meios utilizados para que empresas ou instituição possam desenvolver uma relação mais próxima com os veículos de comunicação, atingindo a grande massa. A nova ferramenta passa a apresentar sugestões de pauta, notas, etc, expondo o órgão de modo amistoso à sociedade. O interesse das assessorias é que o seu cliente tenha espaço positivo nos veículos de comunicação.

### 3. OS DADOS DA PESQUISA

Essa pesquisa foi feita com base em dados quantitativos e qualitativos, buscando entender o tratamento dado às notícias que envolvem a Polícia Militar de Roraima, nos impressos de circulação diária no Estado, os jornais Brasil Norte e Folha de Boa Vista.

Nesse estudo, fizemos entrevistas, observando os meios usados pelos profissionais de comunicação na construção da notícia que envolve a PM, como ideologias, dificuldades na obtenção de informações sobre a instituição, que tratamento recebe desses profissionais de polícia, que imagem tem da Polícia Militar, etc.

Com os representantes da polícia, procuramos entender como se dá a personalização das informações produzidas pelos jornalistas (que opinião tem das notícias sobre a Corporação e como elas podem ou não interferir no relacionamento com a mídia impressa).

O recorte da pesquisa, a partir da leitura das matérias envolvendo a PM, deu-se em dezembro de 2003 e nos meses de janeiro e fevereiro de 2004. Os três meses de levantamento e pesquisa dos dados constituem mais um subsídio encontrado para se observar como acontece esse *fazer da notícia*, analisado sob ângulos positivos, negativos e referências (aquelas que não configuram um claro posicionamento valorativo sobre a Corporação).

Além das notícias e entrevistas, também foram realizados estudos em obras que tratam, direta ou indiretamente, do assunto em foco.

### 3.1 Relevância de assuntos ligados a PM nos jornais

Quando a Polícia Militar tem seu trabalho difundido pelos meios de comunicação, ela passa a ter uma parceria na efetivação de sua missão, resultando numa influência favorável, porque auxilia na propagação dessa ideologia, prevenir e reprimir o crime, em defesa da tranquilidade pública, como disse Graça França Monteiro, *“para tornar legítimas suas pretensões e obter apoio da opinião pública”* (2003:148).

Assim, mostrar à opinião pública um trabalho que se volta à sociedade é dar-se a chance de ser avaliado por ela. Nesse momento, a instituição alcança, com o auxílio da mídia, arma eficiente para a disputa pela legitimidade de seu trabalho, por isso dizemos que o desejo é ser, para a imprensa, *“como uma referência em seu campo de atuação”* (MONTEIRO, 2003:141).

Mas todo esse poder da mídia pode ser convertido, junto à sociedade, de modo favorável ou desfavorável para uma organização. Se a imprensa pode ou não divulgar informação gratuita sobre certa empresa, ela constrói, ao mesmo tempo, uma linguagem dissimulada do poder que detém. Essa ideologia pode se absorvida pela grande massa, como acrescentando um valor para a notícia, servindo de ponte para o dinamismo da informação ou de gancho para abertura de novos dados, ou, de legítima problemática para a credibilidade de uma instituição.

“Os media desempenham papel importante na construção da realidade, uma vez que provocam mudanças a longo prazo, conseqüências de uma exposição cotidiana, normal e continuada, em que as notícias, por efeito cumulativo, influenciam o modo como o público (receptor) organiza sua imagem do ambiente, ajudando-o a “estruturar a imagem da realidade social, (...) a organizar novos elementos dessa mesma imagem, a formar opiniões e crenças novas” (MONTEIRO *apud* WOLF, 2003: 142)

Mas podemos enfatizar a imprensa como parceira do desenvolvimento social, que sempre lutou por igualdade de condições e que avalia e interpreta com rigidez o cenário mundial, por isso, ao invés de se proteger da mídia, e torná-la indigesta, é preferível observá-la como subsídio à magnitude da notícia.

### 3.2 Análise quantitativa

Agora, iremos nos voltar especialmente à pesquisa feita nos jornais Brasil Norte e Folha de Boa Vista, lembrando que ela se deu por três meses seguidos e em anos diferentes. Nesse momento, a interpretação dos resultados obtidos através de quadros e gráficos, permite fazer análises para a compreensão da relação estabelecida no período da pesquisa, levando-nos a possíveis respostas para a pergunta que motivou esse estudo: como se dá a relação entre a imprensa escrita e a Polícia Militar de Roraima?

**QUADRO 1**  
**Números de Edições**

| <i>Jornais</i> | <i>Dez/ 03</i> | <i>Jan/ 04</i> | <i>Fev/ 04</i> | <i>Total</i> |
|----------------|----------------|----------------|----------------|--------------|
| Folha de BV    | 25             | 25             | 21             | 71           |
| Brasil Norte   | 21             | 22             | 23             | 66           |
| Total          | 46             | 47             | 43             | 137          |

Este quadro mostra o número de edições que cada jornal veiculou no período da pesquisa. O que observamos é um equilíbrio do jornal Folha de Boa Vista nos dois primeiros meses, onde apresenta o mesmo número de publicações, já no terceiro mês, esse número tem uma pequena baixa, resultado talvez do número maior de feriados no mês de fevereiro, momento em que a população geralmente procura o lazer em locais mais distantes da capital, provocando queda na venda de jornais.

O jornal Brasil Norte também mantém estabilidade na quantidade de jornais veiculados, a variação para mais um número a cada mês, exemplifica essa constância. Ele coloca no mercado uma quantidade inferior de edições em relação ao seu concorrente, porém, lança, no mês de fevereiro, maior número de edições.

Comparando a amostragem de ambos os veículos, vemos pouca diferença na quantidade de edições nos dois jornais, o que pode ser justificado pelos dias que circulam, ou seja, o Brasil Norte não circula as segundas-feiras, enquanto que o Folha tem o mesmo periódico para o sábado e domingo.

Considerando que dezembro de 2003 teve 31 dias, janeiro de 2004, também 31 dias e fevereiro deste mesmo ano, 29 dias, o jornal Folha de Boa Vista alcança, respectivamente, 80,64%, 80,64% e 72,41% em número de edições circuladas nesses meses, enquanto que o Brasil Norte chega, no mesmo período, ao indicativo de 67,74%, 70,96% e 79,31%. Observamos com isso, que o Folha de Boa Vista circula mais vezes, e por consequência, com um maior número de notícias também, isto é, teve mais oportunidade de influenciar jornalisticamente.

**QUADRO 2**  
**Número de vezes em que a Polícia Militar foi citada**

| <i>Jornais</i> | <i>Dez/ 03</i> | <i>Jan/ 04</i> | <i>Fev/ 04</i> | <i>Total</i> |
|----------------|----------------|----------------|----------------|--------------|
| Folha de BV    | 41             | 45             | 37             | 123          |
| Brasil Norte   | 48             | 32             | 23             | 103          |
| Total          | 89             | 77             | 60             | 126          |

Os resultados acima ilustram as diferenças de frequência em que a Polícia Militar foi referenciada pelos jornais. O que vemos é uma diferença de percentual

atingindo os dois veículos, principalmente o Brasil Norte, que tem decréscimo facilmente observado.

No primeiro mês, a PM é menos mencionada no Folha. Em seguida, ela apresenta valores inconstantes nesse jornal, isto é, em janeiro, esse número sobe, e em fevereiro, desce.

O Brasil Norte apresenta, nos dois últimos meses, uma queda considerável dessa exposição em relação ao Folha. Ao contrário do primeiro mês, diminui para bem menos o número de citações.

**QUADRO 3**  
**Tipo de notícia em que a PM foi mencionada**

| <i>Jornais</i>  | <i>Ocorrência<br/>policial</i> | <i>Nota à<br/>imprensa</i> | <i>Opinião</i> | <i>Notícias<br/>sobre a<br/>corporação</i> | <i>Denúncia</i> | <i>Ações<br/>sociais</i> | <i>Charges</i> | <i>Total</i> |
|-----------------|--------------------------------|----------------------------|----------------|--------------------------------------------|-----------------|--------------------------|----------------|--------------|
| Folha<br>de BV  | 100                            | 05                         | 01             | 10                                         | 05              | 01                       | 01             | 123          |
| Brasil<br>Norte | 62                             | 02                         | 07             | 14                                         | 09              | 05                       | 04             | 103          |
| Total           | 162                            | 07                         | 08             | 24                                         | 14              | 06                       | 05             | 126          |

Vejamos agora, os tipos de notícias em que a Polícia Militar é mencionada, o que pode ser observado no quadro acima. Verificamos que as matérias policiais são as que trazem maior índice de referencia, a justificativa pode ser a própria atividade policial, quase sempre envolvida na contenção de conflitos sociais. Atentando para essa diferença, vemos que o Brasil Norte apresenta essa exposição em menos 21,11 % em relação ao Folha, que atingiu 81,30%.

Nas Notas à Imprensa, Ações Sociais (projetos desenvolvidos pela instituição) e no quesito Charge, a Polícia Militar foi pouco mencionada pelos dois veículos, obtendo apenas 4,06%, 0,81% e 0,81%, no Folha, e no Brasil Norte, 1,94%, 4,85% e 3,88%, respectivamente.

No quesito Opinião, o Folha traz apenas 0,81%, sendo superado pelo concorrente, que apresentou 6,79% de textos opinativos sobre a PM. Quanto às notícias sobre a Corporação e denúncias, o Brasil Norte continua apresentando maior número de menções em relação ao Folha, que trouxe somente 8,13% e 4,06%, enquanto que o Brasil Norte expõe 13,59% e 8,73b%.

Assim, dizemos que o Folha apresenta números inferiores em relação ao Brasil Norte em quase todos os tipos de notícia, sendo a PM mencionada de modo mais constante e variado neste jornal.

Nos próximos gráficos tratamos das fontes, elas são agregadas de acordo com a maior presença nas edições, ou seja, mais freqüentes nas notícias. Não se apresentam por ordem de importância, mas são identificadas de acordo com a caracterização recebida nas matérias em que se inserem.

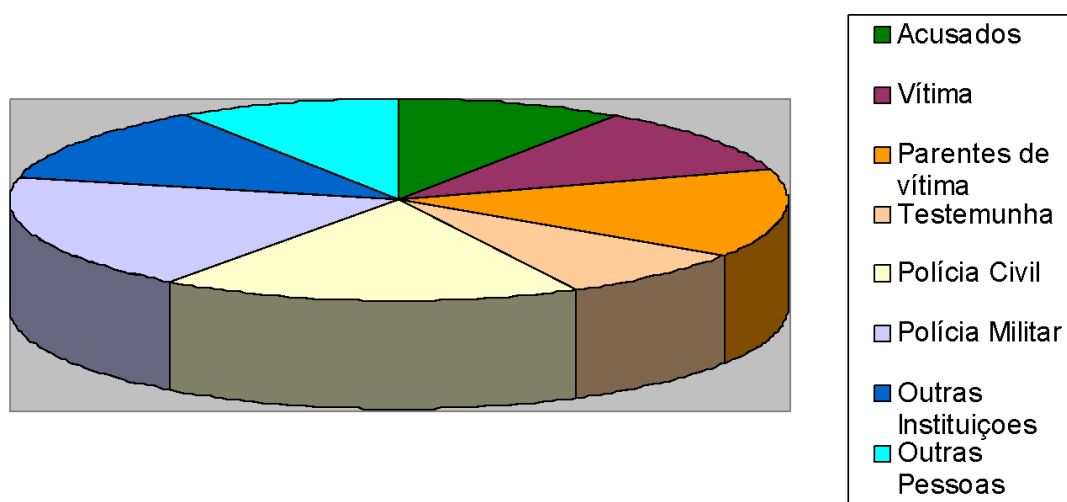
Para mais entendimento, estabelecemos a definição dos personagens na produção jornalística.

- 1- Acusado (pessoa incriminada pela pratica de ato ilícito);
- 2- Vítima (pessoa que se diz sofrer injustiça);
- 3- Parentes da vítima (pai, mãe, irmão, cônjuge, etc);
- 4- Testemunha (pessoa que presencia um acontecimento);
- 5- Polícia Civil (Delegados de Polícia, direção de instituições presidiaais, policiais civis);
- 6- Polícia Militar (Comandante Geral, Comandantes de Batalhões, Oficiais, Praças, relatório de ocorrência);

7- Outras instituições (Governo do Estado, OAB, Detran, Secretaria de Educação, Associação de Cabos e soldados da PM, Polícia Federal, Vigilância Sanitária);

8- Outras pessoas (populares, padres, advogados, manifestantes, médicos, políticos).

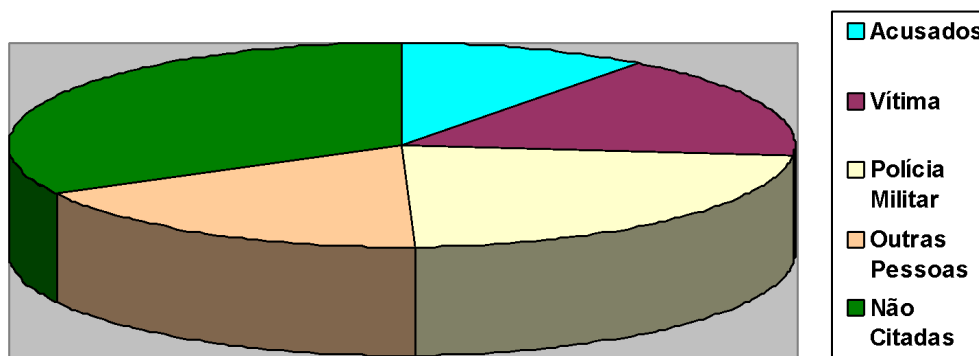
**GRÁFICO 1**  
**Fontes consultadas pelo Jornal FBV**



Nesse gráfico, vemos a Polícia Civil apresentar-se como informação relevante para o Folha, com 26,82% de participação nas matérias produzidas. Outras instituições aparecem como fonte em 18,69% dos casos, parentes de vítimas 21,13%, e testemunhas, 13%.

A instituição PM tem 28,45% de participação na divulgação de informações para o FBV, as vítimas alcançam número de 16,26%. Outras pessoas, que chamamos de fontes com conhecimentos de interesse social, apresentam-se em 13,82% das matérias.

**GRÁFICO 2**  
**Fontes consultadas pelo Jornal BN**



A partir dos dois gráficos, concluímos que ambos os jornais mostram mesmo interesse por um tipo de fonte, a PM, apesar de não terem a mesma frequência em sua utilização. O BN tem esse espaço de interlocução de 21,35%, momento em que o FBV mostra maior uso da instituição enquanto fonte.

As vítimas alcançam hierarquia inferior no jornal Brasil Norte, 15,53%, mostrando maior interpelação no FBV de um dos principais protagonistas de conflitos sociais, revelando também ser fonte de fácil acesso. Os acusados também aparecem com menos frequência no BN, 9,70%.

No BN, as fontes não citadas atingem o número de 31,06% em frequência nas matérias. Vemos que esse valor supera outros recursos de informações usados pelos dois jornais. As outras pessoas, que chamamos aqui de fontes com conhecimentos de interesse social, apresentam-se em 16,5% dos textos desse jornal.

Chegamos agora, no momento de avaliar as notícias que trataram da Instituição Policial Militar. Esse ponto é muito importante porque mostra a forma como a imprensa escrita retratou a PM no período estudado.

Essa análise será feita dando-se nome aos diferentes resultados encontrados, sendo chamada de positiva, quando trata favoravelmente o organismo, revelando à sociedade, por exemplo, trabalhos bem sucedidos na contenção de crimes, projetos sociais que a Corporação desenvolve etc.

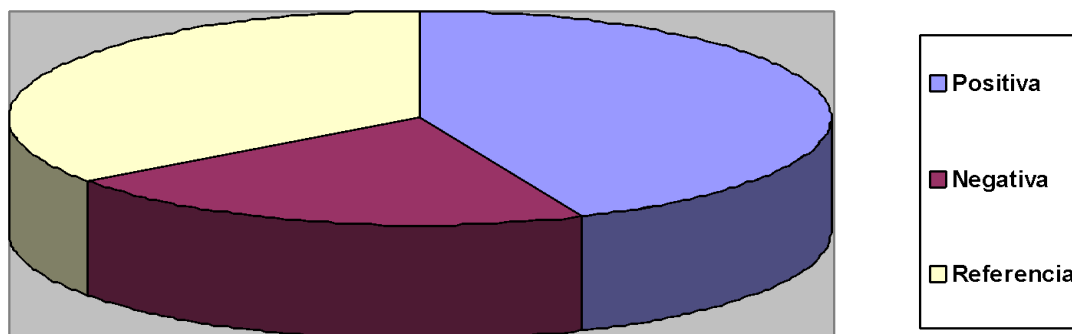
As negativas são assim denominadas, porque se destacam como expositoras de acontecimentos ou opiniões prejudiciais à imagem da Polícia Militar junto à sociedade. Elas irão falar de denúncias, crimes em que se suspeita envolvimento de PMs, ações de truculência, etc.

As de referência apresentam-se como somente fazendo alusão à Corporação, isto por que nos acontecimentos abordados, a PM participa de determinadas ações, não sendo, nestes casos, personagem principal da notícia.

Vejamos agora, essa análise, representada nos gráficos que seguem:

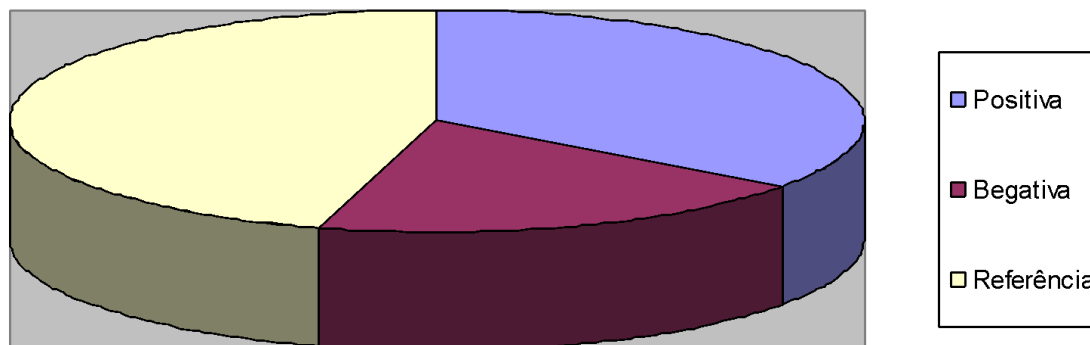
### GRÁFICO 3

#### Análise das notícias - jornal Brasil Norte



## GRÁFICO 4

### Análise das notícias - jornal Folha de Boa Vista



Esses gráficos revelam a grande incidência de matérias positivas sobre a Polícia Militar nos dois jornais. Mais freqüentes essas abordagens mostram que nos três meses de pesquisa, a Polícia Militar recebeu tratamento favorável na maioria das vezes em que foi mencionada pela imprensa escrita.

Observando as representações, vemos que o BN acaba exibindo mais reportagens que falam bem da instituição militar do que o FBV, diferença essa que se mostra curiosa se lembrarmos que o Folha falou mais vezes sobre a PM, além de ter apresentado mais edições que o outro jornal, ainda, que ambos os veículos, por serem os únicos de veiculação impressa no Estado, geralmente acabam tratando em uma mesma edição, de temas iguais.

Nas matérias classificadas como negativas, é o Brasil Norte quem mais noticia, expondo sensível diferença em relação ao Folha. Agora, cabe fazermos uma reflexão sobre esses dados, vejamos: se o Brasil Norte apresenta mais menções positivas e negativas em relação ao Folha, é perceptível um certo equilíbrio entre os dois jornais, isto porque, enquanto o Folha diminui em quantidade de matérias positivas, também faz menos referências negativas.

Matérias que fazem referência à PM, são as que apresentam maior índice na FBV, ultrapassando as positivas e negativas. Nesse instante, é clara a presença da instituição, ainda que como figurante na notícia.

No Brasil Norte, essa representatividade também é grande, maior que nas de teor negativo, ficando mais uma vez comprovada a constância da presença policial militar nas notícias do jornalismo local.

### **3.3 – Análise qualitativa**

A imprensa que temos hoje é aberta, e usa a liberdade que tem para os mais diversos fins, ela mostra personagens em evidência, faz críticas, abre espaço para debates, analisa e opina sobre os mais variados assuntos, ela abarca muitas inovações e não estagna nesse desenvolvimento, enfim, é dinâmica.

É nesse espírito de interação social que faremos análises das notícias que mencionaram a PM, visto que constituem o principal teor para compreensão da indagação primeira.

As entrevistas: realizadas com profissionais dos dois seguimentos, permitiu fazer uma avaliação mais profunda do que foi apresentado nas matérias, favorecendo o entendimento ideológico dos textos. Com os profissionais de imprensa, observamos que buscam a fonte policial porque apresenta caráter confiável, além de ser considerada rica em informações. Mas em alguns momentos, é chamada corporativista por alguns representantes da mídia impressa, porque, segundo eles, não apresenta a mesma disposição quando os assuntos são críticas à instituição. Outra preocupação desses profissionais está em escrever um texto claro, sem ruídos, favorecendo sua coesão e entendimento, evitando-se assim, distorção nas idéias.

Os Policiais Militares querem ser ouvidos e ter o mesmo espaço que fontes denunciante, a imprensa declara ouvir os dois lados, denunciante e denunciado, e reclamar da dificuldade em obter informações quando a instituição é acusada. Mesmo assim, ambos consideram que o relacionamento, imprensa e polícia, têm melhorado bastante, declarando terem papéis parecidos, visando a convivência democrática.

As reclamações mais frequentes dos jornalistas são: a visão que a PM tem de que a imprensa só chega aos locais de ocorrência para atrapalhar as ações policiais; que só buscam informar notícias negativas sobre a instituição, se mostrando sensacionalista; a lentidão quando solicitam resposta sobre acontecimentos que envolvem a PM; a ausência de informações sobre atividades diárias da Corporação; intimidações quando escrevem notícias que venham prejudicar a imagem da Corporação. Outra reclamação comum é a de que se algum profissional de imprensa comete irregularidade, todos os outros profissionais acabam pagando por isso, o que prejudica aqueles que buscam desenvolver suas atividades baseadas na ética.

Para alguns policiais militares, a imprensa visa, em geral, vender jornal, e para isso, é capaz de qualquer coisa, inclusive sensacionalizar acontecimentos. Eles dizem que a imprensa desconhece o trabalho da polícia, e por isso, quando presentes no momento das ocorrências, acabam gerando dificuldades nos atendimentos; que os jornalistas procuram problemas na instituição, buscando a primeira página nos jornais para aumentar as vendas; também se sentem discriminados, pois nenhum outro profissional é tão observado, sentem-se vigiados.

Mas essa relação não é só conflito, isso porque profissionais de polícia e imprensa demonstram respeito mútuo, quando falam da dependência existente entre um e outro na divulgação de notícia e no estabelecimento de ações sociais. Policiais Militares falam ainda da importância do trabalho da imprensa, que em muitos momentos torna-se divulgadora de práticas que a organização desenvolve em benefício da comunidade.

Assim, o estudo mostra, nesse ponto da pesquisa, que imprensa e polícia querem eliminar ruídos que ainda persistem após anos de ditadura.

## **CONCLUSÕES**

Os trabalhos desenvolvidos nesta pesquisa tiveram como principal objetivo entender a relação entre a imprensa escrita e a Polícia Militar em Roraima. Essa busca começou, mais precisamente, quando certas reclamações foram feitas por representantes desses órgãos, sobre procedimentos que um e outro tomavam ao se encontrarem em suas atividades profissionais, porque esses grupos desempenham funções com mesmo fim, auxílio à sociedade na defesa de seus direitos.

Desse cenário, abriu-se um leque de dúvidas sobre a real condição em que se encontra o relacionamento entre esses dois setores sociais.

Mas, munidos de dados, informações e números, conseguimos armazenar ferramentas para compreender essa relação, que se mostrou relativamente amistosa.

Fica demonstrado, que o jornal Folha de Boa Vista divulga, no espaço da pesquisa, mais notícias positivas do que negativas sobre a PM, acontecendo o mesmo no Brasil Norte, onde há estatística favorável à instituição, mostrando que a imprensa, nesse momento, não busca somente o sensacionalismo, como mencionado por alguns profissionais de polícia.

As matérias de cunho negativo, também foram inferiores às de referência, assim, no quesito quantidade, a Polícia Militar foi pouco exposta pela mídia de modo que viesse prejudicar sua imagem.

As fontes de informação utilizadas pela imprensa mostram também que, além da necessidade de escrever, há uma vontade de realizar um trabalho transparente. No jornal Brasil Norte, a grande ausência de fontes de diferentes setores sócias, apresenta uma não disposição à extensão de opinião.

Nas entrevistas, edições de jornais e estudos bibliográficos, ambos os setores apresentam interesse em manter um relacionamento baseado na ética, expondo a vontade de buscar entendimento para questões singulares.

Por esses motivos, dizemos que existe vontade de dissolução dos percalços e eventuais desconfiças que esses órgãos ainda possam manter na relação de um com o outro, o que será perfeitamente possível quando padrões éticos e técnicos estabelecidos em ambas às profissões forem de fato, apresentados em essência na prática cotidiana.

Essa discussão nos remete agora para a deferência de algumas sugestões, que buscam a melhoria da relação entre esses dois setores sociais.

- 1º - Promoção de reuniões informais entre jornalistas e policiais;
- 2º - A busca pelo entendimento das limitações em ambas as profissões;
- 3º - Transparência e uso da ética em atuações;
- 4º - Realização de debates em cursos de comunicação social, que visem a discussão sobre a problemática que enfrenta a polícia militar brasileira;
- 5º - A aplicação de modo mais amplo e eficiente, nos currículos de formação e aperfeiçoamento de policiais, de cadeiras de Relações Públicas e Assessorias de Imprensa e outras aplicações que visem melhorias.

Tudo isso servirá de subsídios para que esses aparelhos do Estado desenvolvam suas atividades sem disputa por melhores posições diante da sociedade, pois se projetam para os mesmos fins, almejam as mesmas mudanças para as comunidades da qual fazem parte, são, em especial, legítimos elementos de defesa dos direitos sociais, e, sobretudo, difusores da legítima democracia.

## BIBLIOGRAFIA

DINES, Alberto. O papel do jornal. 4 ed., São Paulo: Summus, 1986.

MEDINA, Cremilda. Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial. 2. ed., São Paulo: Summus, 1988.

ABREU, João Batista de. As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil: (1965-1979). Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de Estado: Nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 4 ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

EVARISTO, D. Paulo. Um relato para a história: Brasil nunca mais. 6 ed., São Paulo: Ed. Vozes Ltda, 1985.

DUARTE, Jorge. Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia. 2 ed., São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, Edileuza Santos. A Folha de Boa Vista e as novas tendências editoriais – Trabalho de Conclusão de Curso, UFRR, Roraima, 2003.

SANTOS, Shyrlayne de Fátima Rodrigues. A imprensa escrita em Roraima, uma questão de ética – Trabalho de Conclusão de Curso, UFRR, Roraima, 1995.

Revista Comunicarte – vol.2 - nº5, 1985.

Revista Comunicarte – vol.7/8- nº 13/14, 1989/1990.

Revista Incomun – ano2 . - nº2, 1998.

Revista Múltipla – vol.3-nº 5, dezembro de 1998.

Site: <http://www.espacoacademico.com.br/003/03ética.htm>

# **ANEXOS**